



A política arquivística regional dos Açores em números

Cláudia de Jesus Medeiros Santos^a, Elisabete Paula Ledo Raposo^b, Maria de Fátima Soares Sousa^c

^aPresidência do Governo Regional dos Açores, Portugal, claudia.jm.santos@azores.gov.pt

^bPresidência do Governo Regional dos Açores, Portugal, elisabete.pl.raposo@azores.gov.pt

^cPresidência do Governo Regional dos Açores, Portugal, maria.fs.sousa@azores.gov.pt

Resumo

Em 2024, o Centro de Ciências da Informação e Documentação do Governo Regional dos Açores (CCID-GR) implementou um questionário online dirigido a 61 organismos da Administração Pública Regional (APR), com o objetivo de aferir o estado da política arquivística regional. Com uma taxa de resposta de 79%, a iniciativa permitiu obter um retrato atual da gestão da informação e dos sistemas de arquivo nos serviços públicos regionais.

Face aos desafios da era digital, destaca-se a urgência de investir na capacitação contínua e na modernização dos sistemas, reforçando o papel dos profissionais da informação como agentes-chave da transformação administrativa. Neste contexto, os profissionais da informação assumem um papel central enquanto mediadores entre a tecnologia e a administração, garantindo a fiabilidade, a acessibilidade e a preservação do património informacional.

Palavras-chave: Administração Pública Regional; Política arquivística; Gestão da informação; Açores.

O Centro de Ciências da Informação e Documentação do Governo Regional dos Açores (CCID-GR), tem como missão planear, promover, executar e avaliar as políticas integradas para os arquivos do Governo Regional, nomeadamente, através da organização, modernização, inovação e desmaterialização dos seus processos administrativos, em estreita colaboração com os demais departamentos com competências em matéria de modernização e reforma da Administração Pública e da transição digital.

Em 2024, no âmbito desta missão e no exercício das competências previstas na alínea c) do artigo 51º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2023/A – Analisar, promover e acompanhar a execução da política arquivística regional –, foi implementado um questionário online dirigido à totalidade dos departamentos do Governo Regional, sob a designação “*Aferição da execução da política arquivística regional*”. O instrumento, composto por 76 questões, foi aplicado a um universo de 61 entidades da Administração Pública Regional (APR), abrangendo as nove ilhas dos Açores, e teve como objetivos: conhecer a atuação das entidades regionais no âmbito da gestão da informação; caracterizar a estrutura e funcionamento dos seus sistemas de arquivo; e fundamentar ações estratégicas para a consolidação da política arquivística regional, atualizando o diagnóstico realizado em 2017. A obtenção de

48 respostas, correspondente a uma expressiva taxa de participação de 79%, evidencia um elevado envolvimento institucional e confere robustez e representatividade aos resultados obtidos.

Os dados recolhidos revelam alguns progressos no domínio da gestão da informação e dos sistemas de arquivo. Mais de metade das entidades, 52%, dispõe de serviço de arquivo instituído e uma parte significativa conta com responsáveis nomeados, refletindo um caminho gradual de estruturação organizacional. A existência de profissionais com formação específica em Ciências da Informação e Documentação, ainda que desigual, constitui uma base relevante para o reforço da aplicação dos instrumentos normativos e para a valorização da memória institucional. O número de recursos qualificados condiciona diretamente a aplicação dos instrumentos normativos e a preservação da memória institucional. Ao nível da implementação de instrumentos de gestão documental, apesar da existência de regulamentos e manuais de arquivo, de inventários e da maior abrangência de plano de classificação transversal, estes não se encontram, ainda, generalizados em todos os departamentos governamentais. No domínio da gestão eletrónica, os resultados são particularmente positivos, 98% das entidades afirmam dispor de sistemas eletrónicos de gestão da informação administrativa, demonstrando um elevado grau de maturidade tecnológica e uma clara implementação da desmaterialização dos processos. A existência de sistemas específicos para a gestão do arquivo histórico, embora ainda em fase de consolidação, reflete uma trajetória evolutiva que poderá ser aprofundada a médio prazo.

Em termos conclusivos, poder-se-á afirmar que a implementação do questionário constituiu uma ação estratégica para o diagnóstico da realidade arquivística da APR, permitindo identificar fragilidades estruturais e operacionais no domínio da gestão da informação. Os resultados obtidos evidenciam a necessidade premente de reforçar a capacitação técnica dos profissionais, de investir em infraestruturas adequadas e de consolidar uma cultura organizacional orientada para a valorização da informação como ativo essencial à boa governação.

Num contexto marcado pela aceleração da transformação digital, torna-se evidente a urgência de investir na capacitação contínua e na modernização tecnológica dos serviços. Este cenário reforça o papel determinante dos profissionais da informação, que se afirmam como agentes-chave de mudança. A sua atuação, enquanto mediadores entre tecnologia, processos organizacionais e responsabilidade pública, é fundamental para assegurar a fiabilidade, a acessibilidade e a preservação do património informacional regional.